**MENINAS E MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL:**

**APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS**

Ernandes Herculano Saraiva[[1]](#footnote-1)

**E-mail:** ehs.advogado@gmail.com

Maria Nilvane Fernandes[[2]](#footnote-2)

**E-mail:** nilvane@ufam.edu.br

**GT 1: Educação, Estado e Sociedade na Amazônia**

**Financiamento:** 64302.UNI944.20700.13022023-88762 - FAPEAM

**Resumo**: O presente artigo apresenta a elaboração do projeto de pesquisa de doutorado, vinculado à Linha de Pesquisa 1 - Educação, Estado e Sociedade na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A proposta de tese pretende investigar o perfil e as condições de privação de liberdade de meninas e mulheres privadas de liberdade no Brasil. Esta investigação busca compreender, em um primeiro momento, as bibliografias existentes sobre o tema, analisando como os estudos têm repercutido o sistema prisional e o sistema socioeducativo e se há alguma aproximação entre eles, sendo este o primeiro objetivo específico e o primeiro capítulo da tese de doutoramento.

**Palavras-chave**: Sistema Prisional; Sistema Socioeducativo; Gênero; Privação de Liberdade.

**INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta o projeto de pesquisa intitulado *Aproximações e distanciamentos entre o sistema prisional e o socioeducativo de mulheres e meninas no Brasil*. O estudo vincula-se à Linha de Pesquisa 1 - Educação, Estado e Sociedade na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e pretende investigar as aproximações e os distanciamentos de duas formas de privação de liberdade de mulheres no Brasil, o sistema socioeducativo e o sistema prisional.

Convém mencionar que este recorte compreende a educação como um componente fundamental das instituições de privação de liberdade, em face de que, tais instituições tendo sido criadas para educar homens e mulheres do capitalismo, e sendo a educação o seu objetivo primeiro, como apontam Rusche e Kirschheimer (1984),no já clássico livro *Pena e estrutura social*/*Pena y estructura social*. Logo, subentende-se que partirá também desta categoria certas análises de como se desenvolve o sistema de ensino em unidades de privação de liberdade, seja para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, ou para mulheres adultas em sistema de cumprimento de pena.

Nesse aspecto, o problema de pesquisa orienta-se por responder: Como é possível caracterizar as instituições de privação de liberdade de meninas e mulheres no Brasil? A pesquisa possui como objetivo geral identificar as aproximações e distanciamentos entre o sistema prisional e o socioeducativo de mulheres e meninas no Brasil.

Destarte no que se refere à tese, o objetivo geral organiza-se em objetivos específicos, sendo um para cada capítulo da pesquisa. No primeiro capítulo, apresenta-se um levantamento bibliográfico realizado no banco de teses da CAPES sobre as pesquisas que discutem a privação de liberdade de adolescentes e mulheres no Brasil; no segundo capítulo, a investiga-se como ocorreu historicamente os marcos legais que orientam especificamente a privação de liberdade de mulheres adultas no país e analisa quais orientações específicas o Estatuto da Criança e do Adolescente possui para o atendimento de adolescentes privadas de liberdade; na terceira seção do estudo busca-se localizar as instituições de privação de liberdade para meninas e mulheres no Brasil definindo a localização geográfica, a quantidade, o perfil das meninas e mulheres privadas de liberdade; na quarta seção compara-se as propostas e projetos voltados ao trabalho realizados nas instituições de privação de liberdade de mulheres adultas e nas instituições para adolescentes; e, finalmente, defini cinco unidades de cada modelo para estudo comparativo, sendo uma, em cada região do país de maneira a analisarmos comparativamente questões institucionais, pedagógicas, jurídicas e sociais.

Nota-se, no concernente aos modelos existentes para a privação de liberdade de meninas e mulheres no Brasil, além de masculinamente mistos, são similares. Ademais, realizam ações que buscam reforçar o estereótipo da mulher socialmente construída, aceita e referenciada. A reprodução da violência física e/ou simbólica da mulher, mesmo em espaços de privação de liberdade, está tradicionalmente moldada no imaginário social másculo, ao passo que a reprodução de habilidades lúdicas e laborativas naqueles espaços, além de consolidar a manutenção da invisibilidade a outros potenciais, reiteram-se habilidades e características ditas típicas ao perfil feminino já normatizado nos sistemas em estudo, tais como: artes, manicure, corte e costura etc.

**ANÁLISE METODOLÓGICA**

Esta investigação possui como base metodológica o materialismo histórico-dialético realizando uma análise sustentada na abordagem histórica e de análise de políticas. Nesse contexto, também será aferido a legislação implementada para os dois objetos de análise, quais sejam, a Unidade de Cumprimento de Pena Feminina em regime fechado (UCP) e o Sistema Socioeducativo (SSE). Dessa maneira, é objetivo analisar o processo socioeducacional quanto ao cumprimento da pena em sentido estrito, buscando compreender como e o porquê das medidas adotadas as adolescentes, por exemplo, sempre são acompanhadas por uma questão educacional. Se partirmos da percepção de que a educação acontece em todo o tempo e lugar e que ela também ocorre na prisão de mulheres adultas, por qual motivo é constante essa argumentação sobre a necessidade de educar as mais jovens? Em que a educação contribui no processo de ressocialização das que cumprem medidas socioeducativas e das que cumprem pena em sistema prisional? Quais são os indicadores e os projetos que referenciam a justificativa? As categorias do materialismo como historicidades, medição e contradição estruturarão a pesquisa, que terá uma abordagem qualitativa, tendo como método de procedimento a narrativa, que poderá ser realizada de muitas maneiras como a observatória, a descritiva e dentre outras, que dentro do estudo biográfico é uma forma de estudo no qual o pesquisador escreve e registra por meio das narrativas além do locus, as experiências da vida de outra pessoa em determinado ambiente e contexto. (CRESWELL, 2014, p. 65).

**ANÁLISE DOS DADOS EXISTENTES**

Esta pesquisa parte da percepção de que existe um discurso ideológico que afirma que tais instituições são absolutamente opostas e divergentes. Entretanto, e para além da análise normativa, a proximidade com a atuação profissional em ambos os espaços, bem como as estruturas arquitetônicas demonstram que existem condições com mais similitudes do que condições dispares, isso se considerarmos também a interação interdisciplinar que envolvem participantes nestes espaços.

Após um levantamento quanto ao estado da arte entre pesquisas e doutrinas que dialoguem com a temática em estudo, sobretudo contextualizando aspectos históricos da privação de mulheres adultas em contexto internacional e nacional, buscaremos compreender como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) e outras instruções normativas tratam legislativamente sobre as orientações de adolescentes privadas de liberdade. Outrossim, um dos objetivos centrais do estudo é compreender o papel da instituição e de que forma a pena e a medida se efetivam na legislação e na sua execução dentro das unidades.

Para isso, será realizado um levantamento nacional junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Departamento Penitenciário Brasileiro (INFOPEN), que é um sistema de informações estatísticas penitenciário brasileiro, a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) e demais órgãos do Governo Federal, com o objetivo de identificar geograficamente e estatisticamente meninas e mulheres privadas de liberdade, analisando o perfil social, as tipificações penais, as políticas pedagógicas e projetos voltados aos trabalhos e dentre outros.

De modo igual, depois de copilados dados, serão definidas como propostas de análise comparativa cinco unidades, sendo uma de cada região do pais, quais sejam, norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul, onde serão analisadas, dentre outros aspectos, as questões institucionais, pedagógicas, jurídicas e sociais.

Oportuno salientar que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), desenvolveu, no ano de 2015, um estudo no qual buscou traçar além do perfil carcerário feminino no Brasil, identificar condições educacionais e laborais de mulheres privadas de liberdade no país e sopesar as questões punitivas e de ressignificação nas Unidades Prisionais estudadas (IPEA, 2015).

Além disso, salienta-se que os estudos que versam sobre o sistema prisional feminino de mulheres privadas de liberdade encontra uma boa consolides bibliográfica e científica, apesar da temática ainda ser bem recente. Tais estudos, além de identificarem realidades institucionais de cada contexto prisional, apresentam panoramas reflexivos às questões de direitos humanos envolvendo as mulheres em privação de liverdade. (Maluscke, Silva, & Souza, 2019).

Em pesquisa apresentada pelo Ministério da Justiça (2018), identificou-se que, entre os anos de 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento feminino cresceu 656%, enquanto masculina cresceu 293%, justificando assim, a necessidade de uma continuidade quanto ao estudo ora apresentado (Ministério da Justiça, 2018).

Entretanto, quanto aos estudos que denotam reflexões mais profundas que refere-se às adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil ainda são raras, mas aos que se dedicam a esse estudo, identificam que as condições dessas meninas nas casas de acolhimentos não condizem com as diretrizes normativas vigente, dada a ausência de um detalhamento primoroso do Estatuto da Criança e do Adolescente as questões de medidas socioeducativas próprias ao gênero feminino, e as diversas outras formas de omissão por parte do Estado no uso de políticas públicas próprias ao gênero em análise (Da Silva, 2022; Lima Silva, Alberto, & Costa, 2022; Zanella & Lara, 2015; Garcia, 2019).

Assim, e dada a importância que os estudos envolvendo as mulheres e as adolescentes em privação de liberdade merece ter, conclui-se, em princípio, que a presente pesquisa em desenvolvimento pretende integrar um campo de atuação quanto às dicussões próprias de gênero, educação e sistema de privação de liberdade no Brasil.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo apresenta um recorte da tese de doutoramento, na proposição de discussão na busca de compreender como a educação é apresentada nos estudos prisionais, que discutem a educação e o trabalho de mulheres e de meninas adolescentes ora como fundamento positivo que possibilita a construção de novas perspectivas, ora como possiblidade de afastamento das investigadas do risco social por meio do estabelecimento de resiliência; e, em outros estudos, como fator de risco para o envolvimento desse mesmo grupo com o ato infracional. Portanto, a investigação pretende compreender as bases teóricas de tais estudos e se há alguma aproximação entre tais teorias, bem como, em qual medida para além das críticas que se possa estabelecer de que maneira, por vezes, tais teorias contribuem com o trabalho dos profissionais que atuam com medidas de privação de liberdade e de socioeducativas?

**REFERÊNCIAS**

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre. Penso, 2014.

DA SILVA, Jaqueline Nogueira. **Tramas da vida psicoemocional de adolescentes e adolescentes trans internas: um estudo “de dentro e de perto” do centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus/AM**. Livro: Direitos e políticas de cuidado da criança e do adolescente em tempos de exceção pandêmica: Avaliações em profundidade de contextos institucionais do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Potyguara Alencar dos Santos – Organizadora. – 1 ed. Brasília, DF; Efeito Sete: Universidade de Brasília, 2022.

GARCIA, Aline Monteiro. **Sexualidade na Medida Socioeducativa de Internação: traçando pistas por uma revisão da literatura**. Revista Psicologia, Ciência e Profissão. V. 39. 2019.

IPEA. (2015). **Reincidência Criminal no Brasil**. Brasília, DF: Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611\_relatorio\_reincidencia\_criminal.pdf. Acesso em: 29/06/2023.

LIMA SILVA, Erlayne Beatriz Félix de; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; & COSTA, Cibele Soares da Silva. **Socioeducação: Concepções teóricas no contexto das medidas socioeducativas.** Rev. Carderno CRH, v. 35. Salvador. 2022.

MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher; SILVA, Jonas Carvalho e; SOUZA, Isabela Brito dos Santos de. **Revisão sobre o presídio feminino nos estudos brasileiros**. Revista Psicologia e Sociedade. V. 31. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/vfXW6GL76dQcvWKfcv5kDxn/?lang=pt. Acesso em 28/06/2023.

BRASIL, Ministério da Justiça. (2018). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – Infopen Mulheres (Vol. 2). Brasília, DF: Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres. Acesso em 16/06/2023.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Pena y estructura social.** Trad. Emilio García Méndez. Bogotá, Colombia: Temis, 1984. (1984).ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Angela Mara de Barros. **A ONU, suas normativas e o ordenamento jurídico para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei no Brasil: as políticas de socioeducação.** Rev. Educação, Temática, Digital. V. 17, p. 176-193, Campinas, SP. 2015.

1. Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE/AM); Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (PPGSP) da Universidade do Estado do Amazonas; Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. É pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi). [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora Adjunta da área de Fundamentos da Educação no Curso de Pedagogia e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre e Doutora em Educação (UEM), Mestre em adolescente em conflito com a lei (UNIBAN/SP); Doutorado Sanduíche no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa/Portugal (2017). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Políticas Educacionais e Infância (GEPPEIN/CNPq). Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi). Bolsista do CNPq Edital n.º 026/2021 para cursar pós-doutoramento na Texas Tech University – TTU - período 2022 a 2024. [↑](#footnote-ref-2)